

RIO

Um corredor verde para o Rio

Plano inspirado em superparque sul-africano quer unificar 30 áreas de conservação

Eric Brücher Camara

CIDADE DO CABO • África do Sul

Do Pão de Açúcar à Pedra Branca, passando pela Floresta da Tijuca, as áreas verdes da cidade podem virar um corredor ambiental, uma espécie de superparque. A ideia veio na bagagem da comissão técnica do Parque Nacional da Tijuca (PNT), que há um mês visitou o Parque da Península, na África do Sul. Lá, áreas de conservação ligadas a 14 entidades além de centenas de terrenos particulares vêm sendo administrados desde 1996 pelo South African National Parks, órgão ambiental federal. No Rio, o plano deve englobar mais de 30 áreas de conservação da cidade sob uma administração.

— O convênio assinado em março entre o município e o Ibama já previa o estudo de viabilidade de incorporar outras unidades de conservação municipais e federais. Queremos lançar à discussão a ideia de um parque que inclua ainda áreas do estado, sob administração única — explicou Pedro da Cunha e Menezes, diretor do PNT e principal defensor do projeto.

Projeto será levado à diretoria do Ibama

• O plano será apresentado oficialmente no próximo dia 19 ao grupo de co-gestão do PNT. Em seguida, o coordenador regional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Carlos Henrique Mendes, vai levar a discussão à diretoria do Ibama em Brasília. Ele acredita que até o primeiro trimestre de 2000 o superparque — que pode chegar a até 30 mil hectares, o equivalente a 30 mil Maracanãs — comece a sair do papel. Legalmente, o plano é possível através de convênios entre as unidades de conservação.

— Este é um projeto muito interessante porque quebra a linha de administração pública e passa para administração ambiental — afirmou Mendes, que levanta a possibilidade de, no futuro, os superparques poderem até fomentar a sustentabilidade em outras reservas.

O plano conta com o apoio do secretário municipal de Meio Ambiente, Maurício Lobo, que defende a expansão do parque a partir do tombamento da biosfera de Mata Atlântica, feito pela Unesco.

— Podemos aproveitar o “corredor verde” entre os maciços da Pedra Branca e da Tijuca para ampliar a reserva da biosfera. Inclusive já submetemos estudo ao Funbio para viabilizar esse projeto. Vi isso na Alemanha, no parque do Rio Elba, que foi ampliado — disse Lobo.

O presidente do Instituto Estadual de Florestas, André Ilha, entusiasmou-se com a ideia. Para ele, o projeto deveria começar a ser implantado com a extensão do PNT a áreas da Zona Sul, como os parques da Cidade, Laje e do Leme.

— Apesar das dificuldades políticas, é uma ideia muito interessante porque reforça o corredor ecológico. Eu vejo a Reserva do Grajaú, por exemplo, como uma das entradas do PNT, apesar de ela estar sob nossa responsabilidade — disse Ilha.

Diretor deverá ser um hábil negociador

• A administração do futuro superparque carioca seria escolhida por um comitê formado por representantes de todas as áreas englobadas o projeto, nos moldes do que aconteceu na África do Sul. Lá, o gerente foi “caçado” pelo National Parks — escolhido pelo governo federal entre vários candidatos como órgão mais competente para administrar o novo parque — na iniciativa privada.

— Trabalhava como executivo de uma grande empresa madeireira, mas me escolheram pela minha capacidade de negociação e conhecimento da área — disse David Daitz, gerente do Parque da Península.

O perfil do futuro diretor do primeiro superparque urbano do Brasil forçosamente também terá de seguir o exemplo sul-africano. Na área

Conheça o plano de unificação dos parques

A PROPOSTA DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COORDENAÇÃO

O plano de criar um corredor verde que atravessa o município do Pão de Açúcar a Guaratiba será apresentado oficialmente no dia 19. Para isso, os administradores das áreas ambientais em questão terão que criar um comitê de gestão integrada, que dará poder a um único administrador. O plano será levado a Brasília ainda este mês para apreciação da direção do Ibama, mas depende também de aprovação do estado.

COMO ISSO AFETA O MEIO AMBIENTE NA CIDADE

A estrutura do superparque transformará em realidade o conceito de corredor ambiental no município, ou seja, o gerente da área poderá pensar estrategicamente na preservação e utilização turística e comercial da área verde. Com isso, a conservação ambiental ganhará independência das decisões políticas porque a nomeação do gerente do superparque pela comissão de gestão será meramente técnica.

O SISTEMA DE CO-GESTÃO QUE JÁ FUNCIONA NO PARQUE DA TIJUCA

No Rio, a única área de preservação que funciona, desde março, em sistema de co-gestão entre dois órgãos ambientais é o Parque Nacional da Tijuca. Participam do comitê de co-gestão representantes da secretaria e órgãos ambientais municipais, da Prefeitura, do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente. Eles escolheram então o administrador do parque que tem de prestar contas ao comitê mensalmente.

OS PRINCIPAIS PARQUES INCLUIDOS NO PROJETO

Reunindo as cerca de 30 unidades de conservação ambiental do Rio, o superparque pode chegar a ter até

30 mil hectares,
o equivalente a 30 mil Maracanãs



• **PARQUE NACIONAL DA TIJUCA** — É a área de conservação ambiental mais visitada do município, com cerca de dois milhões de pessoas por ano, e inclui o monumento do Cristo Redentor. Tem 3.360 hectares. Atualmente, a administração é feita por um sistema de co-gestão entre Ibama e Prefeitura. Telefone: 492-2252

• **PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA** — É o maior parque do município, com 12.500 hectares e é administrado pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF). O Pico da Pedra Branca, ponto culminante do município com 1.024 metros, situa-se dentro do parque. Telefone: 445-3387

• **PARQUE DA CIDADE** — Uma área de lazer popular de 47 hectares, praticamente dentro do Parque da Tijuca que deve ser incorporada já nos próximos meses, porque é gerida pelo município. Telefone: 294-3096

• **RESERVA FLORESTAL DO GRAJAÚ** — Também muito próxima ao Parque da Tijuca, pela encosta norte do maciço, tem 55 hectares de área verde sob administração do estado. Apesar disso, é considerada pelo presidente do IEF, André Ilha, como uma das entradas da Floresta da Tijuca. Telefone: 576-4296



A COMISSÃO TÉCNICA brasileira é recebida na África do Sul para conhecer o projeto de administração centralizada

Emenda destina R\$ 2,5 milhões à Floresta da Tijuca

Se proposta for aprovada, recursos serão usados em sinalização e manutenção

• Se a proposta de emenda ao Plano Plurianual (PPA) dos deputados Eduardo Paes (PTB-RJ) e Márcio Fortes (PSDB-RJ) for aprovada, R\$ 3 milhões serão aplicados no Parque Nacional da Tijuca e na Zona Sul do Rio. De acordo com Fortes, os R\$ 2,5 milhões que serão destinados à floresta servirão para uma melhor definição da área de proteção ambiental — uma medida contra invasões — para a realização de um serviço de limpeza permanente, para a implantação de uma sinalização mais eficiente e para a manutenção da estátua do Cristo Redentor e dos arredores, entre outras providências.

— Temos todas as chances de ter nossa proposta aprovada, já que estamos tratando de uma área que abrange vários bairros e a estátua do Cristo, e cuja melhoria tem a ver com a imagem do país no exterior — afirmou Fortes.

Já na Zona Sul, a ideia é de que sejam liberados R\$ 500 mil para a realização de projetos e estudos para a construção de um centro de convenções no Forte do Leme.

— São oito mil quartos de quatro e cinco estrelas na Zona Sul da cidade e apenas um centro de convenções muito bem projetado, só que localizado na Zona Oeste da cidade, o Riocentro. Além disso, só é possível, no local, a realização de eventos que sejam para mais de cinco mil pessoas. Nossa intenção é, primeiramente, estudar a utilização do espaço do Forte do Leme para facilitar a vida dos participantes e a organização de congressos e seminários de médio porte — diz o deputado.

Segundo ele, outros locais também poderiam sediar o centro de convenções, como o Parque do Flamengo e a orla da Lagoa Rodrigo de Freitas, por isso a necessidade de um estudo sobre essas possibilidades na cidade.

Márcio Fortes e Eduardo Paes também estão juntos em três propostas para o Orçamento 2000: a de liberação de recursos para o fornecimento de bolsas de estudo para a PUC-RIO, para a Orquestra Sinfônica Brasileira (OSB) e para a Casa de Rui de Barbosa.

Entre os 18 projetos individuais de Márcio Fortes apresentados ao Orçamento 2000, no valor de R\$ 1,5 milhão, está o da construção do emissário submarino e da estação de tratamento de esgotos na Barra da Tijuca. ■

Semelhanças até nos problemas

O parque carioca e o sul-africano sofrem com a falta de recursos

• A Cidade do Cabo e a Maravilhosa têm mais semelhanças que se pode imaginar. Em 15 dias na Cidade do Cabo, quatro funcionários do Parque Nacional da Tijuca identificaram em várias unidades do Parque da Península, na África do Sul, problemas e características conhecidos no Rio de Janeiro: alta visitação turística, pressão social da área urbana ao redor, falta de recursos para conservação. Nos próximos meses, a cooperação entre os países se traduzirá em um intercâmbio técnico.

— Temos que fazer visitas permanentes. Gostaria de ter um técnico meu trabalhando um mês no Rio, por exemplo. Já temos um relacionamento assim com os National Parks americanos — disse David Daitz, gerente do Parque da Península.

Entre os problemas enfrentados na África do Sul está a erosão causada pelos visitantes nos cerca de mil quilômetros de trilhas. Como o trekking (caminhada em trilhas) foi alçado a esporte nacional, com direito a informes sobre condições nas trilhas nos principais jornais locais, milhares de pessoas utilizam os caminhos todas as semanas. Em noites de lua cheia, a trilha da Cabeça do Leão, também na Cidade do Cabo, chega a receber entre 600 e 900 pessoas.

— Enfrentamos problemas iguais em trilhas muito visitadas, como as dos picos da Tijuca e do Papagaio — diz o gerente do parque, Luiz Otávio Mendes. Curiosamente, outro problema parecido são as práticas religiosas. Enquanto no Rio oferendas surgem diariamente pelo parque, na Cidade do Cabo são *kramats* (pequenos monumentos dos muçulmanos aos mortos) que aparecem da noite para o dia.

— O pior é que se destruímos um deles compramos uma briga com toda a comunidade — reclama Iannie du Plessis, diretor da área da Montanha da Mesa do Parque da Península.

dois milhões de pessoas por ano; só o Cristo Redentor é responsável por 750 mil dos visitantes.

— Agora temos uma só política, um só orçamento e principalmente um só plano estratégico. Com isso estamos mais independentes dos políticos, já que temos o nosso orçamento sob nosso controle — diz Daitz.

— Em conservação, o primeiro princípio da conservação é ter dinheiro suficiente.

que pode se tornar o parque há terrenos federais (como o Parque Nacional da Tijuca, que engloba Painceiras, Cristo Redentor e Horto), municipais (o Parque da Cidade, a Reserva do Grajaú, o Pão de Açúcar), estaduais (como o Parque Estadual da Pedra Branca) e autônomas, como o Jardim Botânico.

Evidentemente, existem incontáveis obstáculos políticos. Algumas dos órgãos que terão arestas a serem aparadas: Ibama, IEF, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e

proprietários de terrenos em áreas de interesse ambiental. Superadas as enormes barreiras burocráticas e políticas, o superparque teria mais de 30 mil hectares, área pouco maior que os 29 mil hectares a sob responsabilidade do sul-africano Daitz, que só constatou vantagens desde a unificação. Hoje o parque recebe mais de três milhões de pessoas por ano e é a atração mais popular da África do Sul. Até 1990, este número ficava em no máximo 450 mil pessoas. No Rio, estima-se que o PNT receba cerca de

• Eric Brücher Camara viajou a convite da South African Airways